

O método materialista histórico-dialético, a partir da sua dimensão científica e ontológica da história, nos permite compreender as relações sociais de produção ao longo do processo histórico da humanidade (Souza, 2020; Freitas, 2013). Nesse modo independente do modo de produção e da forma social que os homens e mulheres produzem, ^{modo} ~~forma~~, precisamos analisar "como" e "em quais condições" os sujeitos históricos produzem, e não "o que" especificamente. É a forma como os trabalhadores/as/res são inseridos no processo produtivo que nos permite compreender os rebatimentos das relações de classe, raça, etnia e gênero - categorias indissociáveis - na vida social dos seres sociais.

O materialismo histórico-dialético requer um constante exercício reflexivo crítico, articulando a universalidade, a particularidade e a singularidade, considerando que a essência comum do ser humano é a sua condição de ser social - a partir da passagem de um ser orgânico para um ser social - esse que é inserido e constitui a sociedade - tendo o trabalho como a sua categoria ontológica fundante.

Na atualidade, precisamos evidenciar que ao tratar das relações de raça, etnia e gênero é comum para críticos da teoria e do método de Marx - seja num campo próximo da teoria social crítica ou num campo relacionado com a pós-modernidade - considerar que o marxismo não dá conta de analisar e construir respostas para as problemáticas que envolvem as determinações do racismo estrutural (antirracista e anti-indígena) e do patriarcado (sexismo e machismo). Porém, em uma perspectiva demonstra que dois movimentos importantes:

1 - Moura (2016) demonstra, em diversas obras, que o método materialista histórico-dialético é indispensável para analisar a problemática do racismo no Brasil. Porém,

EM BRANCO



Código:

19

O autor vai demonstrar que, no que tange as relações étnico-raciais no Brasil, o debate encontra no século passado bloqueios para ganhar mais relevância no bojo das discussões marxistas. O autor considera que esse processo foi determinado pelo "marxismo desdentado", que por ser mais formal que radical, acabou marginalizando a discussão no âmbito do marxismo.

Esse processo ocorreu, pelo menos a nível de divulgação e propaganda, um atraso na redimentação e apropriação de debates que não ficam apenas no campo da subjetividade, mas conformam conformam as condições de vida e de trabalho de parcela da classe trabalhadora - seja ela escravizada ou assalariada - e requer a construção de uma autocrítica no campo da teoria marxista. (Moura, 2016; Gonzalez, 2022).

O resultado desse movimento, direto e indiretamente, corre lado a lado com o processo de naturalização, legitimação, incertezas e ocultação dos determinantes do racismo e do patriarcalismo. Além disso, a ausência dessas discussões enfraquecem ou distanciam do campo da totalidade as relações de classe, naturalizadas e apreendidas de forma unilateral e tendenciosa.

2- Enquanto uma das principais consequências do movimento, esses debates são capturados pelas armadilhas da pós-modernidade, pela fragmentação da classe trabalhadora e pelo esvaziamento provocado pela política do identitarismo.

Esse processo ganhou notoriedade com o multiculturalismo da Ford, nos anos 1990, que dotou distúrbio o ser social, ou a(o) trabalhadora(o), da pós perspectiva de totalidade e lhe lançou para um desafio ético de ser um capilar de identidades raças de projetos sociais.

Folha nº
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Código

EM BRANCO



Código:

19

tenças e conseqüências pela implementação da política de representatividade por si só.

Esse dois movimentos convergentes partem de um mesmo lugar: a não compreensão da totalidade, incanção do no ensaio teórico e metodológico de analisar categorias que fazem parte do processo socio-histórico do País. Assim, mediante esse anúncio, toma-se necessária análise, mesmo que brevemente, o processo de formação social brasileira, não como um acessório para essa análise, mas para demonstrar a relevância e atualidade do materialismo histórico-dialético para o debate das relações étnico-sociais e de gênero, a partir da universalidade, totalidade e contradição.

A realidade brasileira foi profundamente marcada pelo processo de colonização e de institucionalização do escravismo moderno (quando modo de produção predominante) (Moura, 2016; Fernandes, 1978; João Gorender, 2016).

O processo de colonização, assim como em outras áreas coloniais, não foi simples e nem amigável. Tal processo decorreu da invasão e dominação portuguesa no Brasil, nas terras que hoje levam o nome da nação brasileira, ou seja, o Brasil. Moura (2016) e Gorender (2016) alertam que o processo de colonização brasileiro orquestrado por Portugal, não resultou na continuidade do modo de produção desenhado pelos povos originários, muito menos ocorreu a alteração desse modo de produção para o dos colonizadores (o decadente feudalismo). Dessa forma, também não houve a fusão desses dois modos de produção em um, o que aconteceu, fundamentalmente, foi o surgimento do escravismo moderno enquanto um modo de produção novo, mesmo a escravidão sendo uma orga-

Folha nº 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código: 1

EM BRANCO

negroise antiga na história da humanidade.

É importante destacar que enquanto escravidão patriarcal (modelo de escravidão antigo) a sua finalidade é ser onerosa e de caráter improdutivo, tendo uma produção voltada para subsistência. Porém, quando essa escravidão é voltada para a produção de bens bens cristalizados por valores de uso, da obra ou seja, de caráter mercantil e comercial, ela ganha o status status de modo de produção (Moura, 2016; Gervander, 2016; Souza, 2020; Tassini, 2009).

Moura (2016) observa que esse modo de produção possui duas fases: o escravismo moderno pleno (1400 até 1850) e o escravismo moderno tardio (1850 até 1889). O escravismo pleno foi favorecido pelo tráfico negreiro, que ao alcançar o território brasileiro, pelo seu caráter de empresa mercantil, colocou em cheque a escravidão indígena (que iniciou com a atividade laboral do ex-escambo e foi frustrada a tentativa de implementar a predominância do escravizado indígena e, fundamentalmente, inseriu o trabalhador originário do continente africano no solo brasileiro, mas enquanto escravizado negro (Moura, 2016; Souza, 2020; Fernandes, 1978).

É importante considerar, de acordo com Souza (2020), que nem a população originária do continente africano e nem das Américas sabiam que eram negras e indígenas. Esse processo é resultado da presença de racialização, que para justificar a colonização e a exploração compulsória manipulou a ideia de raças humanas, articulando raça, etnia e trabalho. Definindo quem era humano e controlando a se apropriarem da produção social criada por

EM BRANCO

duas e sangue daqueles que eram destituídos da sua humanidade e reduzidos a coisa e convertidos em propriedade privada de outros ser humanos.

Dessa forma, de acordo com Moura (2016), a presença de racialização e a transformação da divisão de trabalho no escravismo nem divisão racial do trabalho - nem deixar de evidenciar que também ocorreu uma divisão de gênero de trabalho, pois as mulheres escravizadas negras eram destituídas de gênero para a exploração do trabalho, mas não de especificidades específicas, como o estupro estupro e de exploração da força de trabalho específica para mulheres - define as classes fundamentais do escravismo.

As classes fundamentais deste modo de produção (que lhe ~~semeia~~ ~~carregou~~ ~~nas costas~~ todo ~~divinismo~~ ~~racial~~), foram ~~formas~~ definidas pela classe escravocrata (ou senhorial) e a dos escravizados. Moura (2016) explica que a perspectiva liberal e conservadora das análises do escravismo foram ~~substituídas~~ substituídas os antagonismos e conflitos pelos choques culturais. Mas, de acordo com o autor, foi os antagonismos inerentes a exploração e a busca de ~~deu~~ que deu a tônica do escravismo brasileiro.

Esse processo é alterado, em mais ou menos 1822, quando a Família real chega no Brasil provocando uma série de alterações no Estado, começando pela independência de Portugal e a liberação de comercializar a produção no mercado mundial (Mundial) (Fernandes, 1978; Damascio, 2009). Porém, tais mudanças foram ~~anunciadas~~

EM BRANCO

e sustentados pela exploração da força de trabalho escravo.

O estrangulamento do escravismo ocorreu com a proibição do tráfico negreiro em 1850, demarcando o período de transição para o capitalismo. O escravismo pleno, de acordo com Moura (2016) e Souza (2020) foi uma grande escada para construir a abolição do escravismo, apesar da presença de um projeto emancipatório para a classe trabalhadora que experimentou a escravidão e foram jogados nas franjas marginais da sociedade competitiva de classes (Moura, 2020; Jamnik, 2009).

Em 1888 ocorre a abolição e a integração subordinada da população negra e indígena nas sociedades capitalistas. Interiores pelos empregados do novo mercado de trabalho, que preferiam os europeus brancos, essa população foi realocada para a execução da economia de miséria em ocupações laborais e com baixas salários, as mulheres negras condicionadas na sociedade de trabalho doméstico, passam a experimentar o preconceito, a discriminação e a desigualdade social. Porém, todo esse processo é mascarado com o mito da democracia racial, pela criminalização e marginalização da parcela negra e indígena da classe trabalhadora.

Assim, de acordo com Samamato (2008), é possível dizer que a "questão social" e as suas expressões emergem. Ou seja, numa sociedade que a anterior foi escravista e que na atual o racismo é estrutural

EM BRANCO

Dessa forma, quando o Serviço Social surgiu, inevitavelmente, ele surgiu em uma sociedade racista, patriarcal e sexista. Desde a sua gênese, o Serviço Social se defronta com as idiossincrasias de classe, gênero, racial e étnico, pois elas fazem parte da realidade e, fundamentalmente, atravessaram e atravessam a profissão (Moreira, 2021; Rocha, 2019).

É importante considerar que, se o serviço social faz parte da reprodução das relações sociais, ele também pode reproduzir ou combater o racismo (Rocha, 2019). Assim, na sua origem a profissão foi "contaminada" pelo "mito da democracia racial" e ocultou as relações étnico-raciais e de gênero dos componentes iniciais da sua formação (Camilo Manduca, 2011).

Esse cenário, que pôs a instabilidade da ditadura e toda a efervescência do Movimento de Reconstrução Política Americana, não ^{houve} questionamento de estruturas racistas e patriarcal (Rocha, 2019; Moreira, 2020). As primeiras aproximações com o marxismo, mesmo equivocadas, não conseguiram questionar o motivo do subdesenvolvimento da profissão ser (até hoje) majoritariamente negro e, ou melhor: mulheres negras. Esse processo é resquício do bloqueio que as idiossincrasias étnico-raciais tiveram na tradição marxista. Até porque, em 1970, Moura já havia publicado "Rebelião da Senzala", primeira obra marxista a analisar as resistências e revoltas negras.

Giulietti Pinto (2003) observa que com a abertura das portas para a redemocratização

EM BRANCO

o Serviço Social, em meados da década de 1980, passou a se aproximar dos movimentos sociais, porém, de forma mais crítica do Movimento Negro.

No ápice da construção do Projeto Ético-Político, esse debate ainda era marginal (Almeida, 2016). Porém, com o resultado da Marcha de Junho, em 1996, a população negra pressionou o Estado que temesse que reconhecer o Racismo no Brasil e descredibilizasse a tal harmonia racial (Moura, 1997).

Ao reconhecer o Racismo, o Estado precisava criar uma série de estratégias de combate, principalmente no campo da educação, do trabalho, da saúde, da seguridade social, dentre outras (Almeida, 2016). O início do século XXI, carregado pelas transformações neoliberais, passa a incluir na agenda governamental o antiracismo, que agora já é incorporado nas instituições públicas.

É nesse ponto, ao considerar as incorporações do antiracismo e do antismachismo, no âmbito das instituições públicas enquanto valores e princípios, que o Serviço Social é cobrado:

As principais exigências:

- Incorporar esses ~~temas~~ debates de forma obrigatória no processo formativo e no exercício profissional; ou seja, na formação do curso - Ciências Profissionais;
- Dessa forma, o/a assistente social, que no código de ética profissional deve combater toda forma de preconceito, espoliação e discriminação, deve ter a habilidade de reconhecer e propor mudanças nos espaços sócio-empresariais,

EM BRANCO

Código:

19

as determinações do racismo e do patriarcado.
Conclui-se que o Serviço Social brasileiro é
participante da reprodução das relações sociais
que são determinadas pelas relações de clas-
se, raça, etnia e gênero. Nesse sentido, a for-
mação acadêmica profissional deve formar
assistentes sociais contemporâneas ao seu
tempo, fundamentalmente, profissionais que tragam
como valor e princípios ético-políticos o projeto
ético-político político o antirracismo e o patriarcado.
Assim, o principal desafio da profissão é
retirar as raízes do mito da democracia
social, ~~assentada~~ ~~determinada~~ ~~diversa~~ ~~avancada~~
do no materialismo histórico-dialético para
de fato, sustentar o ~~projeto~~ projeto ético-polí-
tico na contemporaneidade.

Por fim, é necessário que o Serviço Social
seja tão antirracista quanto antipatriarcal e
antipatriarcal.

EM BRANCO

Resumo

Código: 19

- Introduções: problematiza a seguinte:
- Desencalçamento:
- ~~Explica o que é o materialismo histórico-dialético:~~
 - ~~Identitarismo e Marxismo "desdentado"~~
 - ~~Relevância do método para análise das opiniões:~~
- Formação social brasileira
 - ~~Processo de colonização e ^{pleno século} transição moderna~~
 - Socialização, DRT
 - Classes Fundamentais: classe, raça/etnia e gênero
 - Violência escravista e processo de adoecimento: E. Floriano
 - Resistências ao M.P.E
 - Acumulação primitiva
 - Colônia (dependente de Portugal); Império (independente formalmente + dependente do mercado mundial)
- Transição do M.P.E para o M.P.C
 - Continuidade da socialização + DRT
 - expressões da "A.S." e radicalização do Trabalho livre
 - Liminalizações + marginalizações
 - Informalidade
 - Mito da democracia racial e a recepção do Racismo
 - Constituição da Classe Trabalhadora
- Surgimento do Serviço Social numa sociedade racista e patriarcal:
- Inapacidade de reconhecer o racismo:
 - Perspectiva cista + mito da democracia racial
 - Pública obra
- Redemocratização e aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais
- Projeto ético-político
- Perspectiva crítica
- Brasil reconhece o racismo

EM BRANCO



Resumo

Código:

19

O método materialista histórico-dialético, a partir das suas dimensões ~~críticas~~ científicas da história nos permite compreender as relações sociais de produção no processo histórico da humanidade, independente do modo de produção e da formação social, considerando que é importante se ~~deve~~ compreender "como" e em "quais condições" os trabalhadores produzem e não "o que". Nesse sentido, o método requer um constante exercício reflexivo de afastamento da aparência dos fenômenos, para apreender as suas essências no processo de reprodução das relações sociais, conectando universalidade, particularidade e singularidade, na busca por uma abordagem ontológica e de Totalidade.

O método materialista histórico-dialético nos permite ter uma compreensão ontológica do processo de reprodução das relações sociais de produção, que conecta a universalidade, a particularidade.

As relações sociais de produção são complexas e contraditórias, ~~de~~ carregadas de antagonismos e conflitos de classe, raça, etnia e gênero.

Folha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Código:

EM BRANCO